

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DE SISTEMAS PRODUTIVOS: DESENVOLVENDO TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS NO MS**

**POSTGRADUATE PROGRAM IN REGIONAL DEVELOPMENT AND PRODUCTION SYSTEMS: DEVELOPING VULNERABLE TERRITORIES IN MS**

**PROGRAMA DE POSGRADO EN DESARROLLO REGIONAL Y SISTEMAS PRODUCTIVOS: DESARROLLANDO TERRITORIOS VULNERABLES EN MS**

Carlos Otávio Zamberlan<sup>1</sup>  
Moisés Centenaro<sup>2</sup>  
Fabricio Antonio Deffacci<sup>3</sup>

**RESUMO**

Nos anos de 2006 e 2007 a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) buscava se consolidar como Universidade, necessitando ampliar o grau de verticalização no ensino. Frente a isso, investimentos foram efetuados na capacitação docente para fins de criação e consolidação da Pós-graduação no âmbito da instituição. Nasce desses esforços, em 2014, associado com ações de docentes do quadro efetivo da UEMS, o Programa de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), que também teve impulso em virtude de condições de vulnerabilidade de territórios da fronteira-oeste e sul de Mato Grosso do Sul. Este artigo objetiva versar sobre o desenvolvimento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), sua trajetória e desafios, no intuito de ser um ente de fomento do desenvolvimento territorial, em especial ao eixo sul-fronteira e fronteira-oeste sul-mato-grossense. Para tanto, as concepções sobre desenvolvimento e desenvolvimento regional também são discutidas, bem como seus desafios com foco em regiões vulneráveis, alicerçada em uma estrutura metodológica bibliográfica e documental. Salienta-se que o PPGDRS veio para cumprir um papel importante para fomento regional, e que tem como desafio para fomentar o desenvolvimento, questões ligadas com aspectos culturais e institucionais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Regional; Territórios Vulneráveis; Cultura; Patrimonialização.

<sup>1</sup> Doutor em Administração. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS). Campo Grande. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: otaviozamberlan@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9975-9612>

<sup>2</sup> Doutor em Administração. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS). Amambai. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: centenaro.uems@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2299-9102>

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS). Amambai. Mato Grosso do Sul. Brasil. E-mail: fabricio.deffacci@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7015-023X>

## ABSTRACT

In 2006 and 2007, the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS) sought to consolidate itself as a University, needing to increase the degree of verticalization in teaching. In view of this, investments were made in teacher training for the purpose of creating and consolidating Postgraduate Studies within the institution. Born of these efforts, in 2014, associated with the actions of professors from the UEMS staff, the Regional Development and Productive Systems Postgraduate Program (PPGDRS), which was also boosted by the conditions of vulnerability of the territories of the western and southern frontier of Mato Grosso do Sul. This article aims to discuss the development of the Master's Program in Regional Development and Production Systems (PPGDRS), its trajectory and challenges, in order to be an entity that promotes territorial development, especially in the southern axis frontier and south-mato-grossense west frontier. To this end, the concepts of development and regional development are also discussed, as well as their challenges with a focus on vulnerable regions, based on a bibliographic and documentary methodological structure. It should be noted that the PPGDRS came to fulfill an important role for regional development, and that it has as a challenge to promote development, issues related to cultural and institutional aspects.

**Keywords:** Regional Development; Vulnerable Territories; Culture; Patrimonialization.

## RESUMEN

En 2006 y 2007, la Universidad Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) buscó consolidarse como Universidad, necesitando aumentar el grado de verticalización de la enseñanza. Ante ello, se realizaron inversiones en la formación de docentes con el propósito de crear y consolidar los Estudios de Posgrado dentro de la institución. Nacido de esos esfuerzos, en 2014, asociado a las acciones de los profesores del cuadro de la UEMS, nació el Programa de Desarrollo Regional y Sistemas Productivos (PPGDRS), que también fue potenciado por las condiciones de vulnerabilidad de los territorios de la frontera occidental y sur de Mato Grosso do Sul. Este artículo tiene como objetivo discutir el desarrollo del Programa de Maestría en Desarrollo Regional y Sistemas Productivos (PPGDRS), su trayectoria y desafíos, para ser una entidad que promueve el desarrollo territorial, especialmente en el eje sur, frontera y sur. -frontera oeste mato-grossense. Para ello, también se discuten los conceptos de desarrollo y desarrollo regional, así como sus desafíos con un enfoque en las regiones vulnerables, a partir de una estructura metodológica bibliográfica y documental. Cabe señalar que el PPGDRS vino a cumplir un rol importante para el desarrollo regional, y que tiene como desafío para promover el desarrollo, temas relacionados con aspectos culturales e institucionales.

**Palavras chave:** Desenvolvimento Regional; Territórios Vulneráveis; Cultura; patrimonialização.

**Como citar este artigo:** ZAMBERLAN, Carlos Otávio; CENTENARO, Moisés; DEFFACCI, Fabricio Antonio. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos: desenvolvendo territórios vulneráveis no MS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, ed. esp., p. 162-182, 18 dez. 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13ied.esp.4185>

**Artigo recebido em:** 07/02/2022

**Artigo aprovado em:** 18/12/2023

**Artigo publicado em:** 18/12/2023

## 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2006 e 2007, estava buscando se consolidar como universidade e, precisava verticalizar sua atuação, pois contava com poucos cursos de pós-graduação, apenas 6 cursos de mestrado “*Strictu Sensu*”. Essa necessidade gerou um investimento em programas de capacitação docente através de programas interinstitucionais e incentivo para participação docente em cursos de doutoramento.

Associado a isso, no estado de Mato Grosso do Sul (MS), mais precisamente na região que faz fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, região sul-fronteira e fronteira-oeste, indicadores de vulnerabilidade econômica e social se apresentavam e se apresentam muito baixos, caso de cidades como Ponta Porã, Paranhos e Japorã, que possuem índices alarmantes, conforme aponta o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2017). O índice de vulnerabilidade à pobreza passou de 82,7% da população para 92,46%, de 2014 para 2017, no município de Paranhos, em Ponta Porã, considerando o mesmo período, este índice passou de 54,13% para 78,66% e, em Japorã, passou de 88,82% para 93,97%. Outras cidades, dentro desse eixo, não são muito diferentes, pois seus índices giram em faixas superiores a 40% de vulnerabilidade à pobreza, o que significa que as pessoas, nesses percentuais, vivem com uma renda per capita inferior a R\$ 255,00 (Duzentos e cinquenta e cinco Reais) mensais.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, através de um grupo de professores, idealizou um programa de mestrado que pudesse contribuir para a melhoria da qualidade de vida em parte desse território. A partir de investimentos da Universidade em qualificação docente, principalmente na formação de doutores, e da atuação científica e de estratégias de fortalecimento de redes de pesquisa, por parte de docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atuantes, em cursos de graduação da região de Fronteira do estado sul-mato-grossense, foi possível propor a criação do curso de mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), que teve projeto idealizado e elaborado no ano de 2013 e sua consolidação e funcionamento a partir de 2014.

Esse trabalho tem como objetivo versar sobre o desenvolvimento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), sua trajetória e desafios, no intuito de ser um ente de fomento do desenvolvimento territorial, principalmente, ligado ao eixo sul-fronteira e fronteira-oeste do estado sul-mato-grossense. Para isso, discute-se, também, a concepção que se faz de desenvolvimento a partir de diversas abordagens científicas, para então abordar os desafios para o desenvolvimento, principalmente em regiões vulneráveis como as regiões sul-mato-grossenses mencionadas anteriormente. Utilizou-se de uma abordagem bibliográfica para subsidiar as discussões, bem como um levantamento documental realizado, principalmente em sítio do PPGDRS, vinculado ao Sítio oficial da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com intuito de levantar os principais temas abordados nos trabalhos dissertativos que referendam as condutas regionais do PPGDRS. Também foram levantados projetos de ações relativas ao programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, cadastrados na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), na Coordenação do referido programa e em publicações de docentes e alunos a fim de verificar o que está sendo realizado dentro do PPGDRS para promover o desenvolvimento.

Esse estudo foi estruturado em cinco seções, contando com essa introdução. A segunda seção faz referência ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de

Sistemas Produtivos (PPGDRS), buscando-o relacionar com o contexto local e nacional da época de sua criação, abordando seu histórico e os principais projetos em desenvolvimento que buscam contribuir com territórios vulneráveis do Mato Grosso do Sul. Na seção seguinte trata-se do tema de desenvolvimento, busca-se, na teoria, construir um conceito de desenvolvimento a partir de um quadro amplo e sistêmico. Na quarta seção aborda-se os desafios para o desenvolvimento regional com foco em regiões vulneráveis, tomando como exemplo as regiões de fronteira-oeste e sul do estado sul-mato-grossense. Por fim, apresenta-se as considerações finais para fazer um fechamento teórico com as ações, até o presente, empreendidas pelo PPGDRS/UEMS.

## **2 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, SUAS AÇÕES E TRAJETÓRIA**

O Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, foi concebido dentro das políticas federais que visavam maior atuação nas regiões menos desenvolvidas e de fronteira em termos educacionais, como evidenciado pela criação da UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa), Instituição multicampi, localizada em territórios de menor desenvolvimento econômico e social e fronteiriços do Rio Grande do Sul. A UNIPAMPA foi criada pela lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, objetivando atuar com ensino superior, pesquisa e extensão, auxiliando o processo de desenvolvimento na mesorregião da metade sul do estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008).

Também é uma evidência dessas políticas a criação da UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), criada pela lei 12.189, de 12 de janeiro de 2010, objetivando, como especificado no artigo 2º da referida lei:

[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (BRASIL, 2010).

O PPGDRS caminhou nesse sentido e foi aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no ano de 2014, com base na sua proposta coerente com as políticas federais de desenvolvimento da educação superior, da pós-graduação e da ação em localidades carentes de desenvolvimento - que estavam em vigor naqueles anos - caso específico da região de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, como o local onde se localiza a Unidade Universitária da UEMS, sede do PPGDRS, no município de Ponta Porã, cidade que faz divisa com Pedro Juan Caballero, Região de Amambay, Paraguai.

Ressalte-se que nessa região de Mato Grosso do Sul não havia programas de pós-graduação voltados para o desenvolvimento regional e para os sistemas produtivos em geral, apenas programas centrados no Agronegócios, como o Mestrado em Agronegócios, ofertado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no município de Dourados, localizado a, aproximadamente, 120 km de Ponta Porã. Somente existia um mestrado em Desenvolvimento Local, na Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande, localizada a mais de 330 km de Ponta Porã.

Fora isso, a região da fronteira, onde está localizada a cidade de Ponta Porã e a unidade universitária da UEMS sede do atual PPGDRS - em conjunto com a unidade universitária de Amambaí, Curso de Ciências Sociais e unidade de Maracajú, curso de Administração - estava desassistida no que se refere a programas de formação de pesquisadores na área proposta, fato que deixou de existir a partir do segundo semestre do ano de 2014, quando teve início o primeiro processo seletivo para o Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS).

O Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) se caracteriza por ser uma instituição que representa uma mudança importante no cenário regional atual, primeiramente, por suprir uma carência de uma pós-graduação nessa área e, também, por promover a pesquisa e a verticalização do ensino na região, ao mesmo tempo corroborando com um contínuo melhoramento nas técnicas e no comportamento organizacional, aproximando a Instituição de Ensino Superior das organizações públicas e privadas, e agentes públicos de fomento ao desenvolvimento regional, por meio de ações de pesquisa, ensino e extensão, bem como atuação direta na comunidade com intuito de promover o desenvolvimento do território.

Como evidência disso estão projetos desenvolvidos no âmbito do PPGDRS com participação da comunidade para discutir e buscar soluções aos seus problemas, como o Seminário Internacional de Integração e Desenvolvimento Regional (SIDER), que contou com parceria de diversos outros programas de Pós-Graduação na área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, além de entidades locais do poder executivo e da sociedade civil organizada, e ocorreu em Ponta Porã, MS, nos anos de 2014 e 2015, se tornando itinerante, a partir de 2016, sendo realizado por um grupo de Programas de Pós-Graduação ligados com a temática de Desenvolvimento Regional. Também projetos diretos com as comunidades locais para promoção do desenvolvimento econômico e social evidenciam a importância do PPGDRS, caso do projeto da criação da “Paisagem Cultural Ervateira” e do “Caminho para os Ervais: Itinerário Cultural”, ambos iniciados através de ampla pesquisa histórica e cartográfica, servindo como estratégia de patrimonialização de parte do território da fronteira-oeste do estado de Mato Grosso do Sul, onde, a partir desses projetos, outros se vinculam com ações direcionadas para espaços territoriais mais específicos dentro de um território mais amplo (BUESA *et al.*, 2019; ZAMBERLAN *et al.*, 2019).

Os projetos citados abriram campo para reuniões e ações de cooperação entre a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio do PPGDRS, com organizações como a Fundação de Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR), o Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul (IHGMS), e prefeituras municipais, como as dos municípios de Ponta Porã, Amambaí e Maracaju (municípios chave para os projetos citados). Além disso, o PPGDRS possui contato e planeja ações, vinculadas aos projetos acima, junto com os povos originários e tradicionais, como indígenas da etnia guarani-kaiowá e quilombolas, além de levantamentos com agricultores camponeses, atualmente chamados de agricultores familiares.

No banco de dissertações oriundas do PPGDRS é possível perceber a diversidade de trabalhos realizados que versam sobre o território onde se localiza o programa e que buscam discutir problemas e políticas públicas que possam gerar condutas para o desenvolvimento da região sul-fronteira do estado sul-mato-grossense, mesmo havendo dissertações defendidas em âmbito de outras regiões. É importante perceber que o desenvolvimento para a região de fronteira considera o lado paraguaio, pois não é possível discutir desenvolvimento regional,

sem a inclusão do país vizinho, que divide espaços com diversos municípios brasileiros, em espaços de uso comum, com cidades conturbadas, como o caso de Ponta Porã(BR) / Pedro Juan Caballero (Py); Coronel Sapucaia (BR)/Capitan Bado (Py) e Bela Vista (BR) e Bella Vista Norte (Py), entre outros.

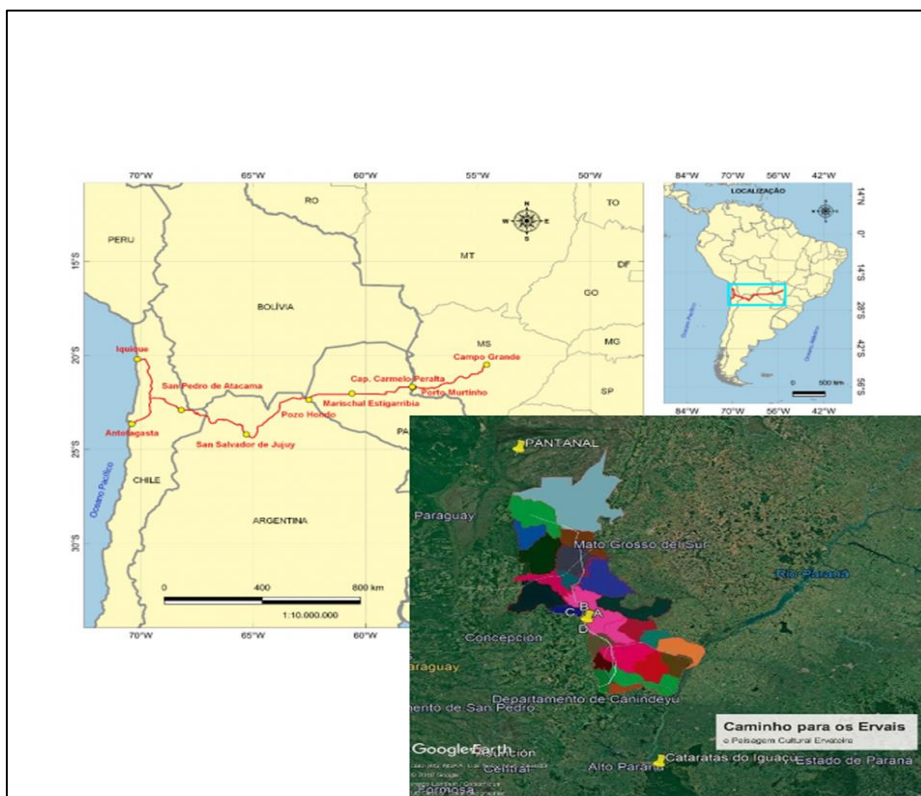
Fazendo um breve levantamento no banco de dissertações do PPGDRS, em seu sitio oficial, vinculado ao sitio da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), é possível perceber os seguintes temas abordados em uma diversidade de dissertações já concluídas, que se relacionam com a região de localização do PPGDRS: i) agricultura familiar e assentamentos rurais (a exemplo do Assentamento Itamarati – maior assentamento rural da América Latina); ii) especificidades da faixa de fronteira e relações com desenvolvimento; iii) políticas públicas e direitos sociais; iv) capital social e economia criativa nos municípios; v) educação e desenvolvimento; vi) transformação urbana; vii) cultura música e diversidade como indutoras do desenvolvimento territorial; viii) os povos e as plantas medicinais no desenvolvimento do território; ix) as tecnologias rurais e sua adoção como elementos de desenvolvimento e; x) a erva mate como exploração e cultura para promoção do desenvolvimento.<sup>4</sup>

Nota-se a diversidade de temas que foram e são tratados no PPGDRS, que podem contribuir para pensar a região e criar ações e estratégias para seu desenvolvimento. Em ação específica de estudo vinculado ao trabalho de pós-doutoramento do professor Carlos Busón Buesa, a partir de 2015 até 2019, empreendeu-se condutas para verificação da identidade regional, levantamento de informações históricas regionais, com auxílio de estudos cartográficos, que resultaram em descobertas significativas, como o caso de um caminho indígena, abordado em várias publicações realizadas em revistas científicas, como a Profanações (Universidade do Contestado), Desenvolvimento, Fronteiras e Cidadania (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e Espacio y Tiempo (Universidad Nacional de Educación a Distancia – Espanha), além de eventos científicos como o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional (UNISC), ENAMPUR (Encontro Nacional da ANPUR) e 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. Esta descoberta gerou o projeto “Caminho para os Ervais: Itinerário Cultural de Mato Grosso do Sul” e o Projeto “Paisagem Cultural Ervateira”, que possuem estreita ligação e se relacionam com um amplo projeto de desenvolvimento Latino Americano, que tem a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como membro ativo: o projeto do Corredor Bioceânico (ou Rota Bioceânica, ou ainda Rota de Integração Latino Americana - RILA), como pode ser verificado na figura a seguir.

---

<sup>4</sup> Informações disponíveis no sitio do PPGDRS (Banco de Teses e Dissertações), disponível em <[http://www.uems.br/pos\\_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-pora-mestrado-academico/teses\\_dissertacoes](http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-pora-mestrado-academico/teses_dissertacoes)> Acesso em: 30/04/2022

Figura 1 – Corredor Bioceânico e Caminho para os Ervais



Fonte: Adaptação do autor com base em Pereira, Abrita e Fonseca (2021) e Buesa *et al.* (2019).

O Caminho para os Ervais é uma proposta de itinerário que cruza com a Rota Bioceânica, portanto, pode ser tanto promovido por ela, como promotor dela, agindo de forma sinérgica, tanto no sistema produtivo do turismo como na promoção de outros sistemas produtivos regionais. A cultura, os sistemas produtivos ligados aos povos tradicionais, a economia criativa, o agronegócio e a agricultura familiar, entre outros, podem se beneficiar dessa relação entre Rota bioceânica, Caminho para os Ervais e Paisagem Cultural Ervateira (pois o Itinerário Cultural Caminho para os Ervais leva até o território proposto para a Paisagem Cultural).

Os projetos da Paisagem Cultural Ervateira e do Itinerário Cultural Caminho para os Ervais foram baseados no conceito de Polos de Economia do Patrimônio, que busca um processo de Patrimonialização de Territórios, desenvolvido na França. O Polo de Economia do Patrimônio busca dar valor a um território por meio de ações que se reúnem em torno de projetos unificadores, que no caso são os dois projetos anteriormente citados, e tem base no espaço compreendido por um território e um tema central (que é utilizado como elemento de foco e reconhecimento do espaço). Nos projetos unificadores propostos o tema central a ser tratado é a erva mate e os ervais. Ao redor desses projetos surgem outros que focam o tema da erva mate e dos ervais e, por conseguinte, vão reforçando a imagem do território de forma interna a ele e externa. Interna, para as populações residentes no intuito de mostrar que o território possui seus valores, sua história, sua cultura, fortalecendo a identidade e fixando valor. Externamente as ações buscam mostrar o território e suas interações entre homem e natureza, sua cultura e particularidades, que o tornam único.

Frente a isso, nascem projetos a cada ação empreendida, o que culmina em um rol de projetos interligados e unificados nos projetos do Itinerário Cultural Caminho para os Ervais e na proposta da Paisagem Cultural Ervateira. Que são visualizados na figura 2.

Figura 2 – Projetos Unificadores e propostas interrelacionadas para promoção do território ervateiro sul-mato-grossense



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

A figura 2 mostra 5 projetos unificados em torno do tema central e aos projetos Caminho para os Ervais e Paisagem Cultural Ervateira. Os projetos são: Festival Etnocultural dos Ervais, Jardim Etnobotânico indígena, Recuperação Florestal da Erva Mate, Conecta Ervais Tecnologia e Território de Qualidade dos Ervais. O primeiro é um festival que foi criado pelos acadêmicos do 2º ano do Curso de Graduação em Administração, da UEMS, Maracaju (MS), na disciplina de Sociologia Aplicada, auxiliados por pesquisadores do PPGDRS e pela turma de Administração, do 4º ano, envolvidas com elaboração de projetos, com participação da 9ª turma de mestrandos do PPGDRS/UEMS. O intuito maior do Festival Etnocultural dos Ervais é fomentar um processo de interculturalidade, conhecimento das culturas das diversas etnias que formaram o território, e reconhecimento de suas contribuições e do hibridismo cultural já existente, mas, muitas vezes, não reconhecido ou compreendido, além da divulgação do território, interna e externamente. O festival vai para sua segunda edição.

O Jardim Etnobotânico Indígena é uma proposta de utilização cultural para geração de renda, aprendizagem, socialização, desenvolvimento de conhecimento, entre outros. A ideia básica é a criação de um espaço de cultivo de plantas nativas ligadas com a cultura local e, principalmente, indígena. Produção de plantas medicinais e ligadas com artesanato e, também, ornamentais nativas, além de vegetação nativa para reflorestamento e recuperação de flora e fauna locais, o que inclui a erva mate.

Em se tratando da Erva Mate, tem-se o projeto de Recuperação Florestal da Erva Mate, que nasce com intuito de, além de recuperar o sistema produtivo da erva mate, impactar na



recuperação florestal, pois a erva mate é planta nativa da região e tem características de sub-bosque, beneficiando-se do sombreamento de outras árvores, o que leva, também, a recuperação florestal com vegetação associativa, respeitando características do bioma. Mais de 40 mil mudas de erva mate foram plantadas distribuídas nas aldeias indígenas do município de Amambai (MS) e em produtores locais. Os ervais plantados são a primeira etapa do projeto. Uma segunda etapa está relacionada com a implantação de um viveiro de mudas dentro do Jardim Etnobotânico Indígena e a implantação de pequenos viveiros nas escolas estaduais da região, com cursos de manejo presencial e em linha, utilizando dos sistemas criados no Projeto Conecta Ervais Tecnologia.

Este projeto associa uma série de projetos que vão desde a criação de um sítio com informações da região, dos municípios, dos pontos turísticos, passando por espaços de educação e aprendizagem, inclusive com jogos educativos, cursos em linha e em Ambiente Virtual de Aprendizagem e demais ações que necessitem vincular informações em ambiente em linha. O sítio está em desenvolvimento, cujo protótipo para análise foi concluído e estará disponibilizado junto aos provedores do Governo do estado de Mato Grosso do Sul. Já foi desenvolvido um curso sobre o processo de patrimonialização de territórios, que será aberto, e que já possui as videoaulas prontas e material didático concluído. Esse curso, que é aberto e em linha (MOOC), contou com pesquisadores de várias universidades parceiras, inclusive do exterior, por parceria desenvolvida com a *Red Internacional de Estudios sobre Territorio y Cultura* (RETEC).

O último projeto apresentado na figura 2 é o Território de Qualidade dos Ervais. É um projeto de criação de um selo de qualidade, que inicialmente servirá para orientar turistas e visitantes sobre os serviços de qualidade que estão disponibilizados no território dos ervais sul-mato-grossense. Inicialmente se realizou um estudo de características de gestão e qualidade em serviços hoteleiros e já foram desenvolvidos os critérios de qualidade para hotelaria, com auxílio do curso de acadêmicos do curso de graduação em Administração, 4º ano da Unidade da UEMS em Ponta Porã (MS). Posteriormente será desenvolvido para outros serviços ligados ao sistema produtivo do turismo.

O PPGDRS também representa a possibilidade de se aprofundar a reflexão sobre a forma como foram e estão constituídas as relações históricas, políticas, econômicas e sociais regionais, pois sua estrutura curricular foi pensada para possibilitar essa discussão e, a partir de então, permitir o desenho de políticas e/ou técnicas de produção e gestão, envolvendo agentes públicos e privados, capazes de, efetivamente, promover o desenvolvimento regional, a partir dos contextos regionais relacionados com o dinamismo de formação econômica e sócio-histórica do território. A estrutura curricular está disposta de forma a permitir aos acadêmicos e sociedade essa discussão, pois nas atividades curriculares existe a necessidade de cumprimento de ações que visam a discussão dos problemas regionais envoltos nas dinâmicas e na formação sócio-histórica do território, que moldou a região e desenhou sua cultura, fato que também é exposto em trabalhos e seminários que permitem comunicação com a sociedade.

Frente a isso, o estado de Mato Grosso do Sul, e, principalmente, a região de fronteira-oeste e fronteira-sul, necessitam de instituições que busquem promover um desenvolvimento calcado em elementos regionais, que possam ser duradouros, sustentáveis, o que pode ser auxiliado por ações de pesquisa, ensino e extensão, o que é proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Ainda, a formação de sistemas produtivos, que envolvam mais de uma organização, demanda a compreensão do cenário

sociocultural, demarcado por conflitos e subjetividades próprias do território respeitando os aspectos culturais e os processos de aprendizagem de cada organização em particular, isso faz parte do escopo do PPGDRS.

O PPGDRS tem como objetivos: i) fomentar o desenvolvimento dos sistemas produtivos regionais. E, através disso, contribuir para o desenvolvimento regional, respeitando as questões socioculturais; ii) realizar estudos que atendam as demandas socioeconômicas e ambientais relacionadas ao desenvolvimento dos Sistemas Produtivos Regionais e Locais; iii) analisar as trajetórias de desenvolvimento regional e local e, iv) analisar o processo de formação histórico, econômico e social da região e seus desdobramentos atuais.

São duas as linhas de pesquisa do programa: Dinâmicas do Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos. A primeira linha tem como mote a investigação das dinâmicas do desenvolvimento na sua forma socioeconômica e ambiental, fazendo uma relação histórica com a evolução cultural e territorial da sociedade, tendo como referência as influências de processos migratórios peculiares à região de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul. A segunda linha busca estudar os sistemas produtivos, sua forma de gerenciamento, suas interações entre homem, ambiente e sociedade, e como isso acarreta em produção de bens e serviços buscando maior compreensão do processo de desenvolvimento na intenção de auxiliar para as evoluções social, econômica e ambiental de um determinado território.

Frente a necessidade de conhecer e desenvolver o território nasce o PPGDRS, que também é fruto de discussões para fortalecimento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), para sua consolidação como Universidade no cenário nacional a partir de um amplo processo de verticalização do ensino superior por ela ofertado. A meta de verticalização é uma proposta da administração da UEMS e grande parte de seus colaboradores, ainda em meados da década de 2000, antes da proposta do PPGDRS nascer. Um forte investimento em capacitação docente, incluindo novos ingressantes, ainda em estágio probatório, para fins de acelerar o processo e contribuir com a meta de verticalização proposta pela reitoria da UEMS, foi colocada em prática com aprovação do Conselho Universitário (COUNI) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Afastamentos para doutoramento e doutorados interinstitucionais foram executados, incluindo docentes ligados as ciências humanas e sociais aplicadas, de onde começa a surgir a ideia de constituição do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos.

Várias reuniões, a partir de 2007, durante o doutoramento da maior parte dos docentes, que vieram, posteriormente, a fazer parte do PPGDRS, foram elaboradas para pensar numa proposta de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*”. Foram cogitadas várias áreas e temáticas, como a concentração em economia, o alinhamento com agronegócios, uma aproximação com a área de administração e contabilidade, até chegar a um consenso de abordar o desenvolvimento regional, que teria uma interdisciplinaridade, possibilitaria ações mais direcionadas aos problemas locais, além de não ter, próximo, uma pós-graduação nessa temática.

A ideia de Sistemas Produtivos é incorporada ao longo do processo de planejamento do curso ao visitar o Mestrado de Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, onde o coordenador da proposta, acompanhado de integrantes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios (PGDRA), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), instituição nucleadora do PPGDRS, conheceu a estrutura daquela instituição e as abordagens direcionadas aos diversos sistemas

produtivos regionais que se discutia no âmbito daquele programa. A associação dos temas de desenvolvimento regional e sistemas produtivos parecia ser essencial para pensar o desenvolvimento dos territórios sul-mato-grossenses.

O PPGDRS passa a ser, então, idealizado a partir do final do ano de 2012 e nos primeiros meses do ano de 2013. Os currículos docentes e as normas e diretrizes da área de planejamento urbano e regional/demografia, que foi apontada pelos nucleadores do PGDRA/UNIOESTE, como a área que a proposta melhor se encaixava, passam a ser analisados, pelo coordenador da proposta, pelos nucleadores do PPGDRA/UNIOESTE, e por uma equipe multidisciplinar escolhida pelo coordenador para dar seguimento aos trabalhos. Dados regionais, como os demonstrados na seção introdutória, foram analisados e nortearam os objetivos de criação do PPGDRS. Reuniões de trabalho foram feitas em Ponta Porã e na sede do PGDRA, no município de Toledo, Paraná, onde foram escolhidos os docentes, com base nos currículos e na formação, tanto no doutorado, como no mestrado, por conta das necessidades de conhecimento para fortalecer o processo de aprendizagem, considerando a não linearidade de conteúdos, de formação institucional(doutoramento em diversas instituições) e de visão de mundo (mais no âmbito cultural, ou seja, de interpretação do mundo), na forma como Morin e Wulf (2003) a contextualizam.

Associado a isso, foram definidas duas linhas de pesquisa, as disciplinas e a estrutura de créditos. A forma de avaliação por conceitos seguiu diretrizes da própria Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul para os cursos de Pós-Graduação. O regulamento do PPGDRS, também seguiu diretrizes da UEMS, com algumas alterações, como a possibilidade de coorientação por docentes, sem titulação de doutor, mínimo de mestre, por vários motivos, a saber: auxiliar na formação de um futuro corpo docente ao PPGDRS; verticalizar efetivamente o ensino; aproveitar conhecimentos específicos, que possam ser necessários em trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do PPGDRS, bem como disseminar conhecimentos em desenvolvimento regional; entre outros.

Além da nucleação realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócios, da UNIOESTE, Paraná, o PPGDRS teve apoio, e revisão de seu plano, por pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Economia, do Departamento de Economia Rural, da Universidade Federal de Viçosa e, também, por um pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Para seguir os trâmites internos, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEMS submeteu o projeto a um analista externo, pois julgou que o projeto foi elaborado em pouco tempo havendo receio no envio para a CAPES, ainda no ano de 2013. No entanto, com parecer positivo para encaminhamento do projeto do PPGDRS, por parte do analista externo, os trâmites internos ocorreram e o projeto foi encaminhado à CAPES, para o Comitê de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, sendo aprovado, curiosamente, pelo comitê de economia, solicitando, apenas, a redução de vagas para ingresso, que, na proposta original eram 15 vagas, sendo reduzida para 10 vagas. Atendida a solicitação, a aprovação ocorreu no primeiro semestre de 2014. Quando de seu funcionamento, o PPGDRS estava alocado para a área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia, originalmente enviada, e seu início ocorreu no segundo semestre do ano de sua aprovação.

### 3 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

A concepção de desenvolvimento regional tem várias facetas. A teoria sobre o assunto vem sendo tratada de várias formas ao longo do tempo. Entretanto, segundo aponta Dallabrida (2017) o conceito de desenvolvimento é, atualmente, tratado com dois sentidos, um pela acumulação de riquezas e progresso técnico, por meio da elevação da produtividade da força de trabalho e, outro, com enfoque na qualidade de vida coletiva. Lins (2013), em estudo do pensamento Furtadiano, salienta que o desenvolvimento contém o crescimento econômico, que se coaduna com o primeiro sentido abordado por Dallabrida, mas o extrapola, pois configura, além disso, um desenvolvimento social.

Moraes, Ibrahim e Tauil (2019) salientam que o desenvolvimento é entendido como um processo de acumulação de capital a partir de novas e mais efetivas combinações dos fatores de produção, o que em Shumpeter (1988) significa um processo de inovação; porém, essa acumulação necessitaria estar subordinada à uma lógica de um sistema de incentivos materiais voltado para a melhoria da qualidade de vida coletiva, englobando, com isso, uma ideia de crescimento econômico com desenvolvimento, ou melhor, desenvolvimento com crescimento a ele subordinado.

Para Furtado (2004), a forma de desenvolvimento calcada no construto de crescimento econômico, pura e simples, se funda na preservação de privilégios das elites, pois não pressupõe distribuição de renda ou redução de desigualdades, o que se contrapõe a uma ideia de desenvolvimento, que se caracteriza por um projeto social de melhoria na qualidade de vida da coletividade, e não de um estamento social em detrimento do coletivo.

Francio e Verschoore (2018) advogam que o desenvolvimento regional possui várias dimensões políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais. Para eles o desenvolvimento regional reflete a alocação geográfica de recursos de capital, trabalho, de empresas, de indivíduos e de suas famílias, contribuindo para a trajetória de crescimento econômico e para o desenvolvimento social e tecnológico dos territórios. Todavia, salientam os autores, algumas regiões possuem infraestruturas distintas para produção de tecnologias, na formação de conhecimento e na distribuição de recursos que promovam o desenvolvimento do território, o que demanda, principalmente, do setor público, a observância do ambiente para avaliar e desenhar programas a fim de melhorar as políticas locais e regionais de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Considerando esses fatos salienta-se que regiões com maior vulnerabilidade social parecem ser aquelas que possuem infraestrutura menos adequada para se desenvolverem, principalmente, frente a uma concepção de desenvolvimento baseada em uma evolução darwinista de sobrevivência do mais forte, adotada por muitos economistas, principalmente, evolucionários e institucionalistas (ZAMBERLAN, 2010). Então, recorrer a essa concepção evolucionária que enfatiza a competição, não parece adequada para fortalecer ou fomentar o desenvolvimento em regiões mais vulneráveis, ou que apresentem uma infraestrutura menos propícia a esse enfoque darwinista (que na verdade é mais atrelado aos seus seguidores do que ao próprio Darwin).

Isso não significa a não adoção de modelos de desenvolvimento que tenham em seu âmago a ênfase na troca capitalista, mas que, em suma, tenham base nos princípios da reciprocidade, salientada por Polanyi (2000), que eram, segundo ele, a base econômica das

sociedades antes da invenção humana da economia de mercado e estado-nação (que constituíram o que é chamado de sociedades de mercado). Polanyi aborda a reciprocidade como um elemento a ser resgatado e incorporado nas relações sociais, pois segundo ele, são elas que regem a economia em contrapartida do que pensam economistas clássicos com relação aos bens materiais e a maximização de lucros.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.

Em termos de sobrevivência, a explicação é simples. Tomemos o caso de uma sociedade tribal. O interesse econômico individual só raramente é predominante, pois a comunidade vela para que nenhum de seus membros esteja faminto, a não ser que ela própria seja avassalada por uma catástrofe, em cujo caso os interesses são ameaçados coletiva e não individualmente. Por outro lado, a manutenção dos laços sociais é crucial. Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber (POLANYI, 2000, p.65).

Então, o que se pode perceber dessa concepção? É possível verificar que as necessidades econômicas são atreladas as questões sociais, sendo as últimas primárias, que regem as econômicas. Questões puramente individuais surgirão a partir de situações catastróficas, não sendo, então, uma predominância. Nesse quesito, os trabalhos de Pietr Kropotkin (2009), desde suas observações do comportamento de animais como suas reflexões do comportamento humano ao longo da história, contribuem com essa afirmação. Ao observar o comportamento de animais, também em locais extremos como a Sibéria, Kropotkin refuta a ideia de “luta cruel pelos meios de subsistência” entre animais de mesma espécie, considerada por darwinistas a característica dominante da luta pela sobrevivência e principal fator de evolução, pois mesmo procurando esse comportamento, viu, ao contrário, cooperação, apoio mútuo, e concluiu que o apoio mútuo, e não a luta implacável, é a característica mais importante para a manutenção da espécie e sua evolução. O autor salienta que é necessário ver a importância incontestável que hábitos sociáveis desempenham na natureza e na evolução referindo-se aos animais, em geral, e aos seres humanos em particular.

A partir dessa concepção de apoio mutuo é possível entender melhor as concepções de Polanyi no campo econômico, pois para ele o elemento cooperativo e de reciprocidade são partes dos sistemas econômicos, mas distintos da troca, caracterizando diferentes instituições ou princípios. Ao analisar Polanyi, Sabourin (2018) salienta que ele identifica três princípios ou modelos de integração social nos sistemas econômicos: a reciprocidade, a redistribuição e a troca. Pelo princípio da integração econômica, entende-se o que dá “unidade e estabilidade” às “economias (SERVET, 2007). A primeira pressupõe movimentos entre pontos de correlação de grupos sociais simétricos; a segunda aos movimentos de apropriação em direção de um centro e, com posterior distribuição ao exterior, o que pressupõe um centro de poder dentro do grupo,

ou, ainda, caracteriza-se pela união de elementos que convergem para um cume e daí partem; e, a terceira diz respeito aos movimentos de vai-e-vem, de posse de objetos, como num sistema mercantil, o mercado (SABOURIN, 2018; SERVET, 2007).

Para Saborin (2018) cada um desses modelos de integração é calcado em suportes institucionais específicos, que podem conviver de forma articulada. Servet (2007) afirma que Polanyi vê esses modelos como algo distante da concepção evolucionária, pois não caracterizam processos evolutivos, pois essas formas de integração não representam 'estágios' de desenvolvimento, não estando implícita nenhuma sucessão temporal. Nenhuma sucessão no tempo está implícita. Várias formas secundárias podem estar presentes ao mesmo tempo que a forma dominante, que pode reaparecer em dado momento.

Essa noção de coexistência permite adaptar políticas de desenvolvimento distintas para grupos e territórios distintos. Quando a estrutura interna está calcada em uma base sólida de relações de troca, uma verdadeira base mercantil, os direcionamentos de políticas de desenvolvimento podem estar voltados a esses padrões de integração. No entanto, isso não necessariamente é a base para o desenvolvimento de um território.

Por exemplo, em locais de maior vulnerabilidade, notadamente, pode-se ter grupos sociais distantes dessas concepções mercantis. Esses grupos possuem, em sua forma de interpretação das relações sociais, outros meios de integração que não a forma de troca como dominante. Para cada grupo ou agrupamento social é possível aproveitar seus recursos e concepções, ou seja, o endógeno. Mas não somente no que tange aos elementos materiais internos, como fatores produtivos, mas suas concepções de mundo e de integração social e natural. Elementos de reciprocidade e confiança, de preocupação com o outro, podem ser presentes e, portanto, a relação de ajuda mútua, como observada por Kropotkin, parece ser uma estratégia evolutiva adequada, colocando os modelos integrativos de mercado de forma subordinada, mas não, necessariamente ausentes.

Nesse aspecto, os elementos evolutivos, não estariam nos estágios, como Polanyi salienta não existirem, mas na combinação dos modelos integrativos de acordo com o desenvolvimento que se pretende para as sociedades em particular, sejam elas vulneráveis ou não; sejam elas desenvolvidas ou periféricas. A forma de integração dominante também deveria apontar para a própria evolução da espécie, sua preservação e sua convivência com o meio. Portanto, sociedades “evoluídas” dentro dos padrões tradicionais podem, por mudanças na concepção de interação homem-natureza, mudar suas próprias formas de combinar os princípios integrativos, dando maior ênfase às questões de reciprocidade e redistribuição, colocando a troca em posição menos privilegiada, caso isso venha ao encontro da preservação e evolução.

Volta-se, então, ao conceito de desenvolvimento regional ou territorial. O que se pode compreender sobre o desenvolvimento ao olhar para as concepções aqui levantadas? Integração, sociabilidade, ajuda mútua (como elemento de evolução e perpetuação da espécie), qualidade de vida, reciprocidade e redistribuição, vários termos que levam a uma concepção mais fraterna. Ao olhar isso e ver políticas e ações de desenvolvimento mais voltadas ao elemento integrador “mercado”, pergunta-se: será que não se está andando na contramão da evolução? Quando se olha para a concepção de desenvolvimento em Sen (2000), percebe-se a complexidade de seu significado. O autor defende que o desenvolvimento vem com a liberdade dos indivíduos de um espaço utilizado, de um território, mas como um indivíduo é livre se não possui condições

econômicas, por exemplo, para escolher o que fazer ou onde ir? Como um indivíduo é livre vivendo em um mundo onde preconceitos são latentes, onde não se conhece o outro, não se dá espaço para culturas distintas, e, portanto, elas não são valorizadas? Além disso, no campo político, não se desenvolve uma democracia plena; sem ela não há liberdade. Democracia pressupõe escolha e escolha não é algo simples, ela depende de vários fatores, incluindo o acesso à educação crítica e autônoma, a questão de renda e pobreza, pois frente a isso as escolhas são limitadas, e com isso a liberdade também. Sen (2000) sinaliza que as liberdades são influenciadas pelas oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições de possibilidades, que envolvem a boa saúde, a educação e estímulos às iniciativas dos indivíduos.

Como ser livre preso a estereótipos e a desvalorização de si mesmo, quando se fala, por exemplo, nas Américas, principalmente latina, onde o colonialismo é uma instituição vigente e o eurocentrismo é forte. Uma perspectiva de decolonialidade se faz presente e, frente a isso, de valorização, não apenas dos bens materiais, sobretudo de elementos culturais que caracterizam os povos, o que levaria a uma maior valorização do indivíduo, do sujeito, e da sociedade com todas as suas características. Uma maior aproximação e respeito ao outro poderia emergir, o que levaria às bases da própria reciprocidade, que conforme aponta Saborin (2018) está na confiança, que não se consegue a partir do desconhecido.

Ainda sobre Decolonialidade, Dallabrida (2017), com maestria, traduz essa perspectiva posta por Ribeiro (2014):

O debate sobre decolonialidade, em síntese, trata-se de uma perspectiva teórica que reivindica a urgência do diálogo técnico-científico, cultural e político a partir dos países do Sul, envolvendo o debate sobre as distintas esferas culturais, bem como, da ação descolonizadora das subalternidades, mediante a ênfase nas experiências singulares, na tradução e na articulação das diferenças, em torno de projetos plurais de reconhecimento de sujeitos e suas vozes, para ampliação do universal como diversidade (2017, p.124).

Essa discussão, então, se encaixa no que se entende por desenvolvimento como liberdade, pois ao se reconhecer os sujeitos e dar voz a eles, ao observar e valorar as diversidades, se amplia as liberdades, principalmente daqueles historicamente explorados e que se encontram em grupos atualmente em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, se liberta das amarras do eurocentrismo abrindo espaço para o reconhecimento de que outras culturas não são inferiores, mas diferentes, e que outras formas de interpretação do mundo se somam ao processo de aprender humano e do desenvolvimento do conhecimento, como apontam Morin e Wulf (2003). No entanto, esse reconhecer afeta as estruturas estipuladas de domínio existentes, pois há uma colonialidade dentro delas, inclusive de poder alicerçadas nessa perspectiva colonial da modernidade (DALLABRIDA, 2017).

Frente a isso, questiona-se: liberdade deve ter limites? Parece que Sen (2000) concorda com isso, pois advoga que o desenvolvimento ocorre com o alargamento da liberdade das pessoas; não se percebe nisso um caminho aberto para uma falta de limites. E por qual motivo? Pois deve-se contrabalançar as liberdades individuais com questões que afetam a coletividade e os processos de socialização, e, principalmente, de ver o outro e respeitá-lo, bem como ao sistema que mantém os seres humanos vivos como espécie biológica.

O lema da revolução francesa, “liberdade, igualdade e fraternidade” cabe bem nessa discussão, que não se pretende alongar, pois a concepção de desenvolvimento regional e

territorial, já foi (limitado conforme o tema), de certa forma, contemplada. Também, não se pretende alongar a discussão a cerca desse lema, se ele foi ou não cumprido, e os motivos que levaram a isso, mas ao debruçar-se sobre ele é possível entender a limitação da liberdade da qual se discute aqui (não somente da liberdade). Como ter igualdade em uma sociedade desigual sem que algumas pessoas abram mão de parte de suas liberdades para buscar igualar uma parcela da sociedade que se encontra desprovida dessa liberdade? E, ainda, para que a liberdade de uns não afete a liberdade de outros? Como conseguir a igualdade sem abrir mão de algo, incluindo a liberdade, em benefício do coletivo para que se tenha igualdade e evolução, o que casa com a concepção de fraternidade? O próprio lema ao juntar as três ideias (liberdade, igualdade e fraternidade) já coloca os limites a cada uma em benefício do todo; portanto, da evolução, do desenvolvimento, o que vem ao encontro dos construtos de reciprocidade e de ajuda mútua, abrindo, talvez, um campo para uma abordagem de economia recíproca e sistêmica para tratar o desenvolvimento territorial e regional.

#### **4 DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTEXTO ATUAL**

O desafio do desenvolvimento regional está na sua concepção. Enquanto o desenvolvimento regional for visto de forma isolada de um todo, dentro de uma perspectiva apenas econômica ligada ao mercado, mensurado pela renda, talvez não se consiga alterar sua percepção de interrelação com questões como saúde, educação, segurança, aos aspectos psicológicos, sociológicos, culturais e políticos; e, ainda, os diferentes ecossistemas do planeta. A mensuração do desenvolvimento, ainda é vista pelo crescimento da renda, do produto interno bruto (PIB) de uma economia, numa relação direta com crescimento econômico e não, a partir de sua distribuição com a sociedade para fins de melhoria da qualidade de vida e mobilidade social.

No entanto, mesmo entendendo que desenvolvimento vem ao encontro da qualidade de vida, que está relacionado com a liberdade das pessoas, liberdade como autonomia, poder para participar dos processos de decisão e escolha dos meios para satisfazer suas necessidades e desejos (TOMAZZONI, 2009), ainda esbarra em questões culturais, onde o primeiro ponto está em sua compreensão, mas também, na mudança da forma de interpretar o mundo para que políticas e ações de desenvolvimento tenham efeito. Não resolve uma ação empreendida para dar autonomia e liberdade se o povo se sente escravo, se vê inferiorizado e age como um ser colonizado por outro. Laenui (2011) afirma que a governança sobre um povo muda depois que o próprio povo tenha mudado suficientemente. É possível que aqui se encontre o grande desafio para que o desenvolvimento ocorra efetivamente e de forma recíproca, numa concepção ecossistêmica, pois o homem e a sociedade fazem parte de um sistema ambiental que está em constante interação, e ver o mundo dessa forma parte de uma mudança de ver a si, ao outro e o ambiente dentro dessa perspectiva integrada.

Cada região ou território possui suas particularidades, portanto, os desafios para empreender ações de desenvolvimento e efetivá-lo são distintas; no entanto, a maior parte dos desafios provém de elementos culturais. Em se tratando de Brasil e dos territórios vulneráveis da fronteira-oeste e fronteira sul de Mato Grosso do Sul, que são foco das ações do PPGDRS/UEMS, as questões culturais são visíveis. Nóguerol (2015), mostra que várias instituições da América Portuguesa permanecem e outras ainda exercem influência no comportamento dos indivíduos e da sociedade, e, ainda, se opõem a novidades que as desafiem.



As instituições ao qual o autor se refere estão entranhadas na cultura das Américas, e no Brasil, em particular. Algumas permanecem, como o latifúndio, o personalismo e os privilégios; e outras, mesmo inexistentes formalmente, ainda atuam no cognitivo e na percepção de indivíduos, se manifestando em seus comportamentos, como o escravismo, o colonialismo e o autoritarismo, até mesmo, pelo seu fim ser tardio, a exemplo da escravidão.

A região sul-mato-grossense que está sendo discutida é uma região de base agropecuária, com monocultivo, principalmente de soja, e de estrutura fundiária calcada em latifúndios. Também é composta, em grande parte, por etnias que foram escravizadas, que foram reclusas em aldeamentos, que foram (e, possivelmente, ainda sejam) tratadas como inferiores. Ao levantar dados do IBGE, a SEDHAST, Secretaria de Estado, Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, do estado de Mato Grosso do Sul (2016), informa que: somente o município de Amambai possui mais de 22% da população da etnia Guarani-Kaiowa e Guarani-Nandeva, portanto indígena, grande parte moradores de aldeias. Ainda, no município de Japorã esse índice é superior a 60%. E a característica dessa região é justamente essa, um elevado percentual da população de etnia indígena, colocadas em uma situação de pobreza, fruto do modelo de “desenvolvimento” do Estado Brasileiro, e do próprio Brasil enquanto colônia portuguesa.

O maior desafio enfrentado pelos povos indígenas na atualidade, no Brasil, segue sendo a posse dos territórios tradicionais, base necessária para a sua sustentabilidade e autonomia e um dos fatores mais relevantes para explicar a persistência de elevados índices de pobreza e precárias condições de vida verificada entre muitos povos. O avanço sistemático da colonização sobre os territórios indígenas e seus recursos naturais é consequência da imposição histórica de um projeto de desenvolvimento monocultural, no âmbito dos Estados Nacionais (URQUIZA, 2022 online).

A vulnerabilidade à pobreza da região de fronteira-oeste e sul de Mato Grosso do Sul, tem ligação direta com questões étnicas, não só de indígenas, mas também por parte de populações negras e mestiças. Há na região quilombos, como o Quilombo São Miguel, que teve 333 ha. de suas terras reconhecidas e demarcadas, apenas em 2011, auxiliado por decreto presidencial de desapropriação, emitido em 20/11/2009 e publicado em DOU na data de 23 de novembro do mesmo ano, ainda no governo Luis Inácio Lula da Silva, que declarava o território quilombola área de interesse social (COMISSÃO PRÓ-INDIO DE SÃO PAULO, 2021; VITORINO, 2011; BRASIL, 2009).

Nas referidas regiões há, como pode se supor, interesses antagônicos, que estão relacionados com conflitos fundiários, historicamente construídos e calcados nos próprios modelos de colonização regional, que seguiu uma estrutura, dita de “desenvolvimento”, do próprio Estado Nacional. Esse fato institucionalizou quadros culturais, formas de ver o outro, que atualmente, podem ser empecilhos para políticas de desenvolvimento regional que busquem atender as populações étnicas vulneráveis.

Como vencer isso? Se está falando em uma mudança cultural, em interesses individuais, que, quando mudam, mudam paulatinamente, e dependem, também, de uma mudança, que está ocorrendo, na forma de ver as relações dos seres humanos entre si e com o ambiente. Esse fato atua no mercado pela preferência de produtos éticos, aqueles resultantes de processos produtivos que buscam respeitar a natureza e as populações, também pertencentes a organizações ou territórios que também o fazem. Isso gera pressão, essa pressão, pode, por outro lado, levar a uma necessidade de mudança de comportamento para manutenção de

posições sociais por parte de determinados grupos. Essa mudança no comportamento poderá, com o tempo, gerar mudanças na cultura, na forma de ver o outro e o ambiente. Se isso for associado com políticas de desenvolvimento e ações educacionais, o processo tende a se intensificar. No entanto, é necessário fazê-lo.

Esse fato mostra, talvez, o grande desafio do desenvolvimento, que está na cultura, frente ao entendimento de Morin e Wulf (2003), aqui salientado, ou seja, na forma de ver e interpretar o mundo. Na região de atuação do PPGDRS esse, provavelmente, é o maior desafio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou tratar sobre o desenvolvimento do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS), mostrar sua trajetória e seus desafios, no intuito de ser um ente de fomento do desenvolvimento territorial, principalmente, ligado ao eixo sul-fronteira e fronteira-oeste de Mato Grosso do Sul. O PPGDRS foi apresentado, juntamente com suas linhas de pesquisa, seu processo de criação e discutiu-se a concepção de desenvolvimento regional, em uma base teórica, para que, com isso, se pudesse ver e novamente discutir, quais os desafios a serem enfrentados para desenvolver uma região, focando na região onde está fisicamente o Programa de Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (PPGDRS/UEMS).

Conclui-se que o desenvolvimento regional é sistêmico, não pode ser visto apenas em caráter econômico, e dentro disso, apenas no crescimento da renda. Aqui já recai uma questão cultural, pois está na forma de interpretar esse conceito, de ver como o desenvolvimento se apresenta em um território. A própria concepção de desenvolvimento em Sen (2000), que trata desenvolvimento como liberdade, não prioriza sua relação com o todo sistêmico, mas, dá seu foco nas liberdades individuais, que já é um grande avanço conceitual, pois considera vários campos, não somente o econômico, conversando muito bem com a visão furtadiana de qualidade de vida incorporando o crescimento econômico e subordinando-o a ela.

Todavia, o desenvolvimento, pressupõe, também, formas de comportamento de preservação, de reciprocidade, dentro de uma perspectiva evolucionária, que não se basearia somente em Darwin, mas também em Kropotkin, incorporando a ajuda mútua como elemento de evolução, o que casa com Polanyi, ao abordar a reciprocidade e a solidariedade. Todavia, há um entrave na percepção do desenvolvimento frente a esses aspectos levantados, que está associado com questões culturais e institucionalizadas no processo histórico de formação da sociedade, nos processos de colonização e ocupação regional, mas que, também, parece ser parte da causa dos problemas atuais, que, em virtude disso, passam a ser questionados, e podem, talvez, tardiamente, abrir espaço para uma mudança em prol de um desenvolvimento mais sistêmico, que tenha um caráter de sustentabilidade.

Frente a isso, é importante que as pessoas residentes em uma determinada região tenham consciência de sua trajetória, das etnias que formam o território, suas diversidades, e façam uso disso para traçarem uma trilha ao desenvolvimento. No entanto, isso é um entrave cultural. É preciso que os residentes conheçam seu território e aceitem a diversidade e, além disso, vejam a possibilidade de se beneficiar dela. Esse, talvez, seja o maior desafio do PPGDRS, apesar de ele estar atuando nesse sentido, sistematizando informações do território e desenvolvendo propostas que visam a utilização desses elementos. Mas, ainda é necessário buscar alternativas

de disseminação e educação das populações regionais. As propostas salientadas nesse artigo, empreendidas pelo PPGDRS, em atuação conjunta, muitas vezes, com os cursos de graduação, demonstram um processo de socialização e verticalização do ensino, mas também, abordam ações diversas e interrelacionadas, que tratam o desenvolvimento em sua forma ecossistêmica, o que casa, em parte, com a teoria de desenvolvimento regional aqui abordada, mas que a ultrapassa, pois considera um todo maior para o real efeito do que se trata de desenvolvimento, onde as propostas criam um conjunto de ações que atuam em vários pontos de interação social e do homem com a natureza.

## REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Indicadores de renda por municípios em estados da federação**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/500635#sec-renda> . Acesso em: 16 jan. 2022.
- BRASIL. Decreto Federal de 20 de novembro de 2009, declaração de interesse social, para fins de desapropriação, dos imóveis abrangidos pelo "Território Quilombola Comunidade Negra de São Miguel. **DOU Diário Oficial da União**. Publicado no D.O.U. em 23 nov. 2009.
- BRASIL. Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa e dá outras providências. **Portal UNIPAMPA**. Disponível em: [https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/arquivos\\_pdf/unipampa\\_lei\\_de\\_criacao.pdf](https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/arquivos_pdf/unipampa_lei_de_criacao.pdf). Acesso em: 26 jan 2022.
- BRASIL. Lei 12.189, de 12 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. **DOU**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/L12189.htm). Acesso em: 26 jan. 2022.
- BUESA, Carlos Buson et al. Itinerário cultural “caminhos para os ervais” uma estratégia de desenvolvimento regional. In: ENANPUR. 28. 2019. Natal. **Anais [...]**. Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1432>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO (CPISP). **Colônia São Miguel**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/colonia-sao-miguel-ms/> Acesso em: 03 fev. 2022.
- DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento**: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- FRANCIO, N.; VERSCHOORE, J. R. A abordagem relacional do desenvolvimento regional. In: SILVEIRA, R. L.; FELIPPI, A. C. T. **Territórios, redes e desenvolvimento regional**: perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, 2019.
- FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 483-486, out./dez. 2004. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/rep/a/QvmmNn4PtXr4dttnyQtyZMc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jan. 2022.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua**: um fator de evolução. São Sebastião: A senhora editora, 2009.

LAUENUI, P. Processes of decolonization. In: BATTISTE, M. **Reclaiming Indigenous voice and vision**. Vancouver. Toronto: UBC Press, 2011.

LINS, L.C.O. Desenvolvimento Social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas, Pós-Graduação em Economia e desenvolvimento, 2013.

MORAES, I.A. ; IBRAHIM, H. C.; TAUIL, C.E. O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empresendedor ao Estado insurgente-vanguardista. **Revista Pesquisa e Debate**. v. 31, n. 2, p.143-164, 2019.

MORIN, E. WULF. C. **Planeta**: a aventura desconhecida. São Paulo: Editora Unesp, 2003

NOGUERÓL, L.P.F. Instituições da América Portuguesa. In: BRUM, A.; PINTO, A. (orgs.). **Instituições e economia brasileira**: uma perspectiva teórica e histórica sobre o atraso econômico. Curitiba: Ithala, 2015.

PEREIRA, A.; ABRITA, M.B.; FONSECA, R.O. Circulação, desenvolvimento econômico e ordenamento territorial: elementos teóricos para análises de pesquisas sobre a Rota de Integração Latino Americana. **Confins – Revue franco-brésilienne de géographie**, n. 50, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/37445>. Acesso em: 30 abr. 2022.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SAUBORIN, E. Desenvolvimento territorial sustentável, reciprocidade e organização social: referências e casos no Brasil. In: SILVEIRA, R. L.; FELIPPI, A. C. T. **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional**: perspectivas e desafios. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEDHAST. SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO. **Povos indígenas**. Disponível em: [https://www.sedhast.ms.gov.br/Geral/povos-indigenas/#:~:text=Japor%C3%A3o%20\(MS\)%20%20E2%80%93%20Com%20mais,para%20incentivo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agr%C3%ADcola](https://www.sedhast.ms.gov.br/Geral/povos-indigenas/#:~:text=Japor%C3%A3o%20(MS)%20%20E2%80%93%20Com%20mais,para%20incentivo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agr%C3%ADcola). Acesso em: 03 fev. 2022.

SERVET, J. M. Le principe de réciprocité chez Karl Polanyi, contribution à une définition de l'économie solidaire. **Dans Revue Tiers Monde**. n.190, p.255-273, 2007.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **PPGDRS: Banco de Teses e Dissertações.** Disponível em: [http://www.uems.br/pos\\_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-para-mestrado-academico/teses\\_dissertacoes](http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/desenvolvimento-regional-e-de-sistemas-produtivos-ponta-para-mestrado-academico/teses_dissertacoes). Acesso em: 30 abr. 2022.

URQUIZA, A.H.A. Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul: alguns aspectos antropológicos. Museu das Culturas Don Bosco. Disponível em <http://www.mcdb.org.br/materias.php?subcategoriaId=23> Acesso em: 03 fev. 2022

VITORINO, P. Comunidade Quilombola São Miguel recebe 1º título definitivo de terra em MS. **Campo Grande News**, Caderno Interior, Campo Grande, MS, 2011. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/comunidade-quilombola-sao-miguel-recebe-1-titulo-definitivo-de-terra-em-ms>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ZAMBERLAN, C. O. **Comportamento inovador dos agentes agroindustriais: uma análise da agroindústria de beneficiamento de arroz do Rio Grande do Sul.** 2011. Tese (Doutorado em economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2011.

ZAMBERLAN, C. O. et al. Patrimonialização do território: um estudo análogo da franja oeste-sul do estado de mato grosso do sul e da região cafeeira colombiana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 11. 2019. Santa Cruz do Sul, RS. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, RS, 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/19393/1192612768>. Acesso em: 07 dez. 2022.